MAPEAR PARA FORTALECER: A OFERTA DA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO COM HABILITAÇÃO EM CIÊNCIAS DA NATUREZA NO CENÁRIO EDUCACIONAL BRASILEIRO

Francisco Antônio de Sousa
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Mossoró, Rio Grande do Norte, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5811-5092
Endereço eletrônico: dfranciscoantonio94@gmail.com

Albino Oliveira Nunes
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Mossoró, Rio Grande do Norte, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3585-2137
Endereço eletrônico: albino.ifrn@gmail.com

Palavras-chave: Educação do Campo; Licenciatura em Educação do Campo; Ciências da Natureza; Formação de Professores; Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

A Educação do Campo constitui uma importante conquista dos movimentos sociais do campo na luta pela garantia do direito à educação pública, gratuita, contextualizada e comprometida com as especificidades socioculturais, econômicas e territoriais das populações campesinas (Caldart, 2002; Molina, 2015). Diferentemente da concepção tradicional de educação ofertada no meio rural, a Educação do Campo fundamenta-se em princípios político-pedagógicos que reconhecem os sujeitos do campo como protagonistas de seus processos formativos, valorizando seus saberes, modos de vida e formas de organização social (Caldart, 2002; Molina, 2015).

Nesse contexto, a Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC) consolidou-se como uma política pública voltada à formação de professores para atuar nas escolas do campo, estruturando-se por áreas do conhecimento e adotando princípios como a interdisciplinaridade, a pedagogia da alternância e a integração entre universidade, escola e

comunidade (Caldart, 2002; Molina, 2015). Entre as áreas formativas presentes nas LEDOCs, a habilitação em Ciências da Natureza assume papel estratégico, uma vez que possibilita o desenvolvimento de práticas pedagógicas articuladas às questões relacionadas ao meio ambiente, à agricultura, à saúde, à sustentabilidade e às diferentes formas de produção da vida no campo. Além disso, contribui para uma formação docente capaz de integrar conhecimentos científicos e saberes populares, fortalecendo práticas educativas contextualizadas e socialmente referenciadas (Medeiros; Aguiar, 2015).

Apesar dos avanços observados nas últimas décadas, ainda existem lacunas quanto à identificação e ao acompanhamento da oferta desses cursos em âmbito nacional. As informações disponíveis em sistemas oficiais, como o E-MEC, apresentam limitações decorrentes da desatualização dos registros, da diversidade de nomenclaturas utilizadas pelas instituições de ensino superior e das constantes reestruturações curriculares ocorridas nos cursos. Tais fatores dificultam a produção de diagnósticos consistentes acerca da organização das Licenciaturas em Educação do Campo no Brasil, especialmente daquelas que ofertam habilitação em Ciências da Natureza.

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo mapear os cursos de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Ciências da Natureza ofertados no Brasil, analisando sua distribuição regional, as instituições responsáveis pela oferta e as diferentes configurações assumidas pelas habilitações registradas nos sistemas oficiais. Ao atualizar o panorama nacional dessas licenciaturas, pretende-se contribuir para o fortalecimento das políticas públicas de formação de professores do campo e ampliar as discussões sobre a consolidação dessa modalidade de formação superior (Medeiros; Aguiar, 2015).

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, fundamentada em levantamento documental e análise institucional (Gil, 2002). O estudo concentrou-se na identificação e sistematização dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Ciências da Natureza ofertados pelas instituições brasileiras de ensino superior.

Inicialmente, realizou-se um levantamento no sistema eletrônico do Ministério da Educação (E-MEC), identificando cursos registrados sob diferentes denominações

relacionadas à Educação do Campo. Considerando as limitações desse sistema quanto à atualização das informações e à padronização das nomenclaturas, procedeu-se ao cruzamento dos dados com documentos institucionais, páginas eletrônicas das universidades e institutos federais, projetos pedagógicos dos cursos e planilhas institucionais atualizadas.

Após a validação das ofertas ativas, os cursos foram organizados em uma base de dados contemplando região geográfica, instituição ofertante, natureza administrativa e habilitação oferecida. Os dados foram sistematizados por meio de procedimentos de categorização e análise descritiva, permitindo identificar padrões de distribuição regional, perfil das instituições e características das habilitações ofertadas. Os resultados foram interpretados à luz da literatura especializada sobre Educação do Campo, formação de professores e políticas públicas para a educação superior.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O levantamento identificou 78 cursos ativos de Licenciatura em Educação do Campo distribuídos pelas cinco regiões brasileiras, evidenciando significativa expansão dessa política pública em relação aos levantamentos nacionais anteriormente realizados. Entretanto, essa expansão não ocorreu de maneira homogênea, sendo observadas diferenças expressivas entre as regiões do país.

A região Nordeste concentra o maior quantitativo de cursos, reunindo aproximadamente 36% das ofertas nacionais. Em seguida aparecem as regiões Sudeste, Norte e Sul, enquanto a região Centro-Oeste apresenta o menor número de cursos em funcionamento. Essa distribuição demonstra que a interiorização da educação superior e a consolidação das políticas voltadas à Educação do Campo ocorreram de maneira diferenciada nos diversos contextos territoriais brasileiros (Medeiros; Aguiar, 2015; Caldart, 2002; Molina, 2015).

Entre os 78 cursos identificados, 23 ofertam habilitação em Ciências da Natureza, correspondendo a aproximadamente 29,5% do total nacional. Esse dado confirma a centralidade dessa área na formação de professores para o campo, sobretudo por sua capacidade de articular conhecimentos relacionados ao meio ambiente, à biodiversidade, à agricultura familiar, à saúde coletiva e ao desenvolvimento sustentável. Comparativamente aos estudos anteriores de Leal, Dias e Camargos (2019), verifica-se que a área permanece

entre as principais habilitações ofertadas pelas LEDOCs, ainda que mudanças curriculares tenham provocado reorganizações nas formações anteriormente integradas entre Ciências da Natureza e Matemática (conforme o quadro 1).

Quadro 1 – Análise Comparativa dos levamentos das LEDOCs no âmbito nacional

FONTE	TOTAL	CURSOS COM HABILITAÇÃO EM CN / VIDA E NATUREZA	CURSOS COM FORMAÇÃO CONJUNTA (CN/VIDA + MAT)	TOTAL DE CURSOS (CN)	OBSERVAÇÕES
Cadastro E-MEC (2025)	78	23 cursos	—	23 cursos	Considera apenas a habilitação específica em Ciências da Natureza registrada no sistema
Leal, Dias e Camargos (2019)	44	21 cursos	5 cursos	26 cursos	Inclui habilitação específica e formação conjunta em Ciências da Vida e da Natureza e Matemática

Fonte: Elaborado pelo autor - Pesquisa (2025)

Os resultados obtidos reforçam que a expansão das LEDOCs representa importante conquista da Educação do Campo, mas também revelam desafios relacionados à manutenção das ofertas, às desigualdades regionais e à necessidade de fortalecimento das políticas públicas voltadas à formação inicial de professores comprometidos com as especificidades dos territórios campesinos (Medeiros; Aguiar, 2015; Caldart, 2002; Molina, 2015).

CONCLUSÕES

O mapeamento realizado permitiu atualizar o panorama nacional das Licenciaturas em Educação do Campo com habilitação em Ciências da Natureza, evidenciando avanços significativos na consolidação dessa política pública e, simultaneamente, desafios que permanecem para sua expansão e fortalecimento.

Os resultados demonstram que a habilitação em Ciências da Natureza ocupa posição

estratégica na formação de professores para as escolas do campo, estando presente em aproximadamente um terço das LEDOCs atualmente cadastradas no país. A predominância das instituições públicas na oferta desses cursos reafirma a importância das políticas de interiorização da educação superior e da atuação das universidades federais e institutos federais na garantia do direito à educação das populações campesinas.

Também se verificou que as limitações dos sistemas oficiais de registro dificultam a produção de diagnósticos precisos, tornando indispensável o cruzamento de diferentes fontes documentais para a obtenção de informações atualizadas e confiáveis. Espera-se que este estudo contribua para subsidiar novas pesquisas sobre a formação de professores na Educação do Campo, bem como para orientar políticas públicas voltadas à ampliação, consolidação e qualificação das Licenciaturas em Educação do Campo, especialmente daquelas vinculadas à área de Ciências da Natureza.

REFERÊNCIAS

CALDART, R. S. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. (org.). **Por uma educação básica do campo**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LEAL, Á. A. A.; DIAS, A. C.; CAMARGOS, O. P. Cartografia das Licenciaturas em Educação do Campo no Brasil: expansão e institucionalização. In: MOLINA, M. C.; MARTINS, M. F. A. (org.). **Formação de formadores:** reflexões sobre as experiências da Licenciatura em Educação do Campo no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MOLINA, M. C. Expansão das Licenciaturas em Educação do Campo: desafios e potencialidades. **Educar em Revista**, v. 55, p. 145-166, 2015.

MEDEIROS, E. A.; AGUIAR, A. L. O. Educação do/no campo: história, memória e formação. **Educação: Teoria e Prática**, v. 25, n. 48, p. 6-18, 2015.